



GESTÃO FISCAL

Informativo

3º Quadrimestre de 2020



Assembleia Legislativa do
Estado de Pernambuco
A Casa de Todos os Pernambucanos

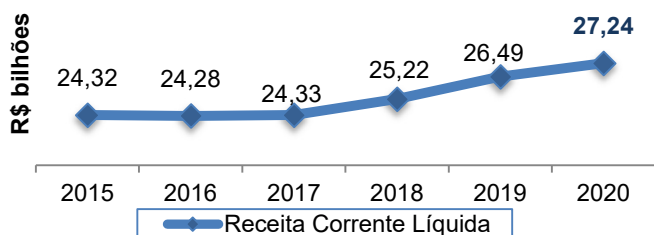
3º QUADRIMESTRE DE 2020

Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) representa a soma, nos últimos 12 meses (janeiro/2020 a dezembro/2020), da arrecadação tributária, de contribuições e das demais receitas correntes (patrimonial, industrial, agropecuária, de serviços e transferências correntes), deduzida das parcelas entregues aos municípios por determinação constitucional.

A RCL é utilizada como parâmetro para a maioria dos indicadores estabelecidos pela LRF, como os da dívida pública e dos gastos com pessoal.

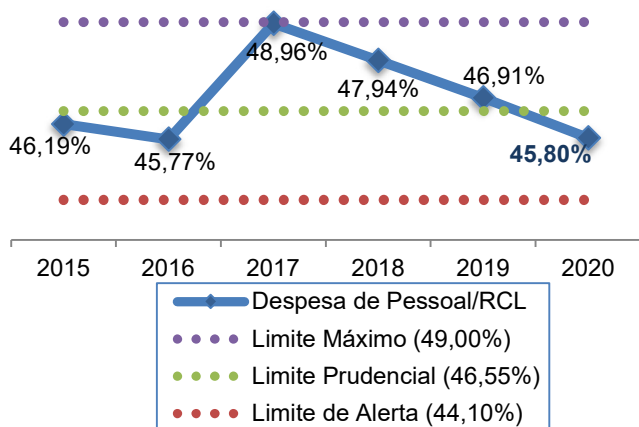
No exercício de 2020, a RCL apresentou um crescimento real (acima da inflação) de 2,8% em relação ao valor registrado no ano anterior. Vale destacar que as transferências emergenciais da União para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 contribuíram significativamente para esse resultado positivo.



Despesa com Pessoal – Poder Executivo

O indicador de comprometimento da RCL com a Despesa Total com Pessoal (DTP), estabelecido pela LRF, é fundamental para análise da saúde financeira dos entes públicos. A LRF estabeleceu três tipos de limites: máximo, prudencial e de alerta.

O exercício de 2020 representou o terceiro ano consecutivo de redução na relação DTP/RCL, situando o indicador abaixo do limite prudencial pela primeira vez desde 2016.

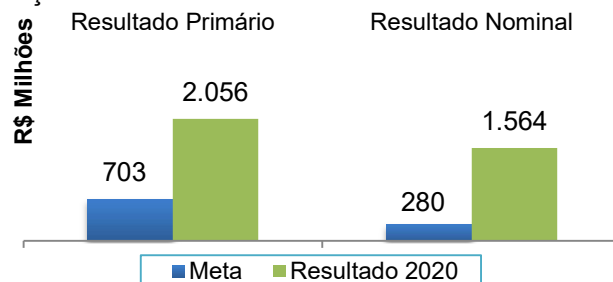


Resultado Nominal e Primário

O resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e as despesas primárias (todas as receitas e despesas, exceto juros, operações de crédito e amortizações da dívida). Superávits primários, como o ocorrido em 2020, contribuem para diminuir o estoque total da dívida fiscal líquida.

Já o resultado nominal representa a soma do resultado primário com a diferença entre o total de juros recebidos e pagos. Um resultado nominal positivo, a exemplo do observado em 2020, indica diminuição da dívida fiscal líquida, ou seja, representa um superávit nominal.

Em relação às metas estabelecidas na LDO 2020, verifica-se que o Poder Executivo obteve resultados primário e nominal bastante superiores às metas traçadas.

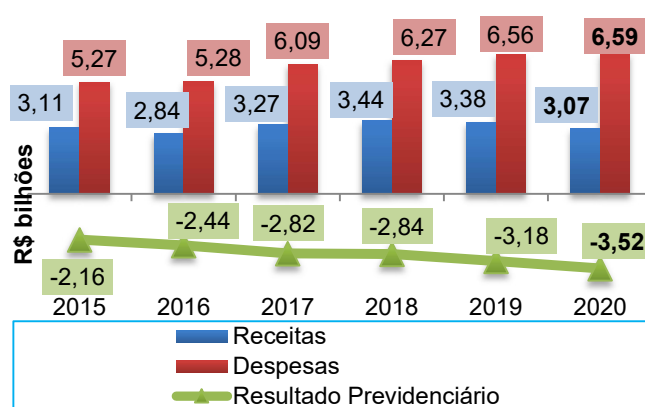


Resultado Previdenciário

O resultado previdenciário é definido pela diferença entre as receitas e as despesas previdenciárias.

Na arrecadação, destacam-se as contribuições patronais e dos servidores, enquanto a maior parte dos dispêndios do regime próprio de previdência estadual está relacionada às aposentadorias e pensões.

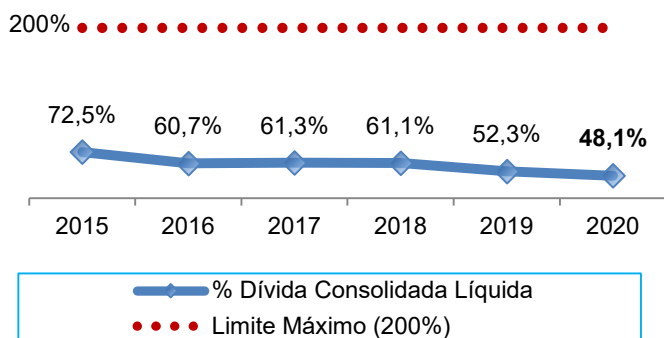
No exercício de 2020, verificou-se um aumento do déficit em relação a 2019 de mais de R\$ 340 milhões, acarretando menos recursos disponíveis para os gastos com serviços públicos prestados à população.



Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) representa o montante total das obrigações financeiras do Estado, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, deduzidas as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros. Também compõe a DCL a realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses.

A Resolução nº 40/2001 do Senado Federal estabelece que, para cada estado da Federação, o limite máximo da DCL é equivalente a 200% da RCL. O patamar pernambucano em dezembro de 2020 foi equivalente a 48,1%, menor percentual da série histórica e bem abaixo do limite superior.



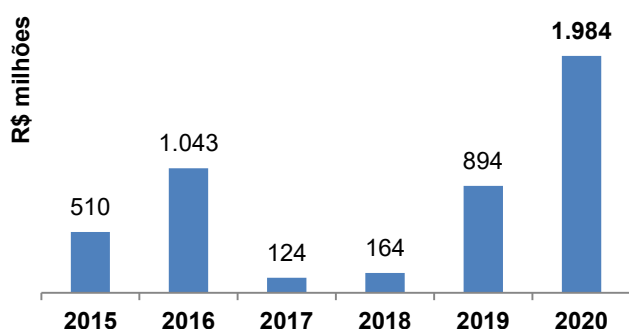
Disponibilidade de Caixa

A Disponibilidade de Caixa Líquida advém da disponibilidade de caixa bruta subtraída das obrigações financeiras.

De modo geral, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e, extraordinariamente, podem restar obrigações a serem cumpridas no exercício seguinte, com a suficiente disponibilidade de caixa.

Ao fim de 2020, a disponibilidade de caixa líquida do Poder Executivo mais do que dobrou em relação a 2019, alcançando, assim, o maior patamar dos últimos seis exercícios.

Ressalta-se que os recursos vinculados (que têm destinação específica) representam 71,0% da disponibilidade total de 2020.

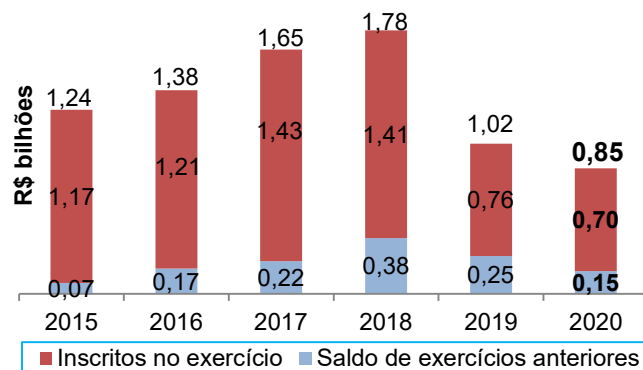


Restos a Pagar

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro de cada ano.

O total de Restos a Pagar do Estado de Pernambuco em 31 de dezembro de 2020 era equivalente a R\$ 848,5 milhões, dos quais 18% advinham de exercícios anteriores e 82% foram inscritos ao final do próprio ano de 2020.

Observa-se que o exercício de 2020 registrou queda de 16% das obrigações a quitar no exercício seguinte, ou seja, pode-se afirmar que houve uma melhora, pelo segundo ano seguido, no saldo da dívida de curto prazo do Estado de Pernambuco.



Despesas por Função

É possível comparar a execução do orçamento público de acordo com a área social do gasto, por meio do demonstrativo de despesas por função. Ele permite observar facilmente os efeitos da pandemia de Covid-19 sobre a repartição dos gastos públicos.

De um lado, os gastos com a Saúde aumentaram 18,5% em relação a 2019, por conta das ações necessárias para o enfrentamento da pandemia.

Por outro lado, o Estado reduziu suas despesas com Educação (-14,3%) e Segurança Pública (-4,7%), visto que a atividade governamental teve que ser parcialmente reduzida em virtude das políticas de distanciamento social.

